

Demonstrações financeiras

Salto Jaurú Energética S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Salto Jaurú Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Salto Jaurú Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salto Jaurú Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015.199/O-6



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ116384/O-2

Salto Jaurú Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.359	899
Contas a receber	4	4.110	6.673
Estoques		878	792
Impostos a recuperar		93	55
Despesas antecipadas		199	113
Outros		2	1
Total do ativo circulante		6.641	8.533
Não circulante			
Imobilizado	5	102.921	107.418
Depósitos judiciais		80	80
Arrendamento	6	277	-
Total do ativo não circulante		103.278	107.498
Total do ativo		109.919	116.031

	Notas	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	7	3.977	694
Empréstimos e financiamentos	8	8.312	-
Impostos e contribuições a recolher		535	641
Dividendos a pagar	16	12.272	9.755
Arrendamento	6	91	-
Contas a pagar risco hidrológico	5	-	21.629
Outras contas a pagar		310	-
Total do passivo circulante		25.497	32.719
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	13.197	-
Provisão para contingências	9	676	537
Arrendamento	7	203	-
Total do passivo não circulante		14.076	537
Patrimônio líquido			
Capital social	10	9.837	9.837
Reservas de lucros	10	5.800	16.939
Ajustes de avaliação patrimonial	10	54.709	55.999
Total do patrimônio líquido		70.346	82.775
Total do passivo e do patrimônio líquido		109.919	116.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	11	19.970	26.840
Custo de geração de energia	11	(10.088)	(6.414)
Lucro bruto		9.882	20.426
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(646)	(506)
Outras receitas operacionais		15	2
		(631)	(504)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		9.251	19.922
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	665	1.383
Despesas financeiras	13	(5.680)	(4.732)
		(5.015)	(3.349)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.236	16.573
Imposto de renda e contribuição social Corrente	14	(847)	(1.135)
		(847)	(1.135)
Lucro líquido do exercício		3.389	15.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	3.389	15.438
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	3.389	15.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		9.837	1.968	16.405	59.392	-	87.602
Realização da avaliação patrimonial	10.c	-	-	-	(3.393)	3.393	-
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	10.d	-	-	(16.405)	-	-	(16.405)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.438	15.438
Dividendos mínimos obrigatórios	10.d	-	-	-	-	(3.860)	(3.860)
Reserva de dividendos complementares	10.b	-	-	14.971	-	(14.971)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		9.837	1.968	14.971	55.999	-	82.775
Realização da avaliação patrimonial	10.c	-	-	-	(1.290)	1.290	-
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	10.d	-	-	(14.971)	-	-	(14.971)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.389	3.389
Dividendos mínimos obrigatórios	10.d	-	-	-	-	(847)	(847)
Reserva de dividendos complementares	10.b	-	-	3.832	-	(3.832)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.837	1.968	3.832	54.709	-	70.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		3.389	15.438
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	5	5.952	5.772
Depreciação de arrendamento	6	18	-
Juros sobre arrendamento	6	5	-
Baixa de ativo imobilizado	5	114	3
Encargos financeiros, líquidos	8	991	-
Extensão de outorga	5	(1.190)	(9.364)
Provisão para contingências	9	139	135
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		2.563	(981)
Estoques		(86)	-
Impostos a recuperar		(38)	(6)
Despesas antecipadas		(86)	116
Outros		(1)	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		3.283	7
Impostos e contribuições a recolher		(106)	188
Outros		310	-
Contas a pagar risco hidrológico		(21.629)	4.066
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		<u>(6.372)</u>	<u>15.376</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	5	(379)	(1.274)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(379)</u>	<u>(1.274)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos	8	24.475	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(3.463)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(494)	-
Pagamento de arrendamento	6	(6)	-
Dividendos pagos		(13.301)	(13.907)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>7.211</u>	<u>(13.907)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa			
		<u>460</u>	<u>195</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		899	704
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		<u>1.359</u>	<u>899</u>
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>460</u>	<u>195</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		663	653
Valores pagos de CS:		326	352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Salto Jaurú Energética S.A. (“Salto Jaurú”, “SAJESA” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Salto (“PCH Salto” ou “PCH”), a manutenção e a operação de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH, bem como exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A PCH está localizada no município de Indavaí e no município de Jauru - MT, com 19,0 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 215, publicada de 15 de junho de 2001.

A Sociedade foi constituída em 26 de abril de 2001, e atualmente é controlada diretamente pela Brookfield Energia Renovável S.A.

A Sociedade foi autorizada pelo órgão regulador a entrar em operação em 29 de dezembro de 2007, sendo que, iniciou suas atividades de comercialização de energia somente a partir de 1º de janeiro de 2008.

Originalmente, o prazo de vigência de autorização era de 30 anos contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL nº 215/2001 (15 de junho de 2001), encerrando em 14 de junho de 2031.

Em 03 de agosto de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.919/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Salto teve o prazo de vigência de sua autorização prorrogado para 10 de maio de 2034.

O prazo de autorização da PCH pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, conforme critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Parte relacionada	01/01/2021	31/12/2025
Distribuidora de energia	01/07/2007	30/06/2027

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 18.856 (Em 31 de dezembro de 2020, o montante era de R\$ 24.186). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

A Sociedade em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não observou alteração relevante em seu volume de operações, faturamento ou fornecimento de energia em decorrência da pandemia do COVID-19.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e arrendamento.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar, dividendos a pagar, arrendamento e empréstimos e financiamentos.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 5.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

j) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	11	47
Aplicações financeiras	1.349	852
Total	1.359	899

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2021	2020
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	48
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	714	400
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	635	404
			1.349	852

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	2021	2020
Venda de energia	2.483	2.306
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	1.067
Contas a receber – partes relacionadas	1.627	3.300
	4.110	6.673

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2021	2020
Saldo a vencer	3.698	6.411
Saldo vencido até 30 dias	172	192
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	35
Saldo vencido de 181 a 365 dias	171	35
Saldo vencido a mais de 365 dias	69	-
Total	4.110	6.673

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado

	Em serviço				Em curso			Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2019	372	25.652	139.553	17.724	10.728	2.256	73	196.358
Adições	-	-	9.364	-	-	62	1.212	10.638
Baixas	-	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Transferências	-	17	36	20	-	(61)	(12)	-
31 de dezembro de 2020	372	25.663	148.953	17.744	10.728	2.257	1.273	206.990
Adições	-	-	1.190	-	-	173	206	1.569
Baixas	-	(114)	-	-	-	-	-	(114)
Transferências	-	119	868	-	12	-	(999)	-
31 de dezembro de 2021	372	25.668	151.011	17.744	10.740	2.430	480	208.445
31 de dezembro de 2019	(77)	(12.871)	(66.830)	(8.780)	(5.245)	-	-	(93.803)
Adições de depreciação	(7)	(969)	(3.896)	(489)	(411)	-	-	(5.772)
Baixas de depreciação	-	3	-	-	-	-	-	3
31 de dezembro de 2020	(84)	(13.837)	(70.726)	(9.269)	(5.656)	-	-	(99.572)
Adições de depreciação	(7)	(967)	(4.147)	(489)	(411)	-	-	(6.021)
Baixas de depreciação	-	69	-	-	-	-	-	69
31 de dezembro de 2021	(91)	(14.735)	(74.873)	(9.758)	(6.067)	-	-	(105.524)
Total em 31 de dezembro de 2020	288	11.826	78.227	8.475	5.072	2.257	1.273	107.418
Total em 31 de dezembro de 2021	281	10.933	76.138	7.986	4.673	2.430	480	102.921

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 112.984, o qual foi registrado no ativo imobilizado. Não foi constituído passivo diferido sobre o montante uma vez que a Sociedade apura impostos com base no lucro presumido.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Sociedade determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 30 meses, ao valor de R\$ 9.364. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu novo ajuste de R\$ 1.190, bem como extensão de 35 meses na sua respectiva outorga.

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo não financeiro de extensão de outorga reconhecido pela Sociedade totalizou R\$10.554.

Em setembro de 2021 a Sociedade efetuou a liquidação do passivo referente contas a pagar risco hidrológico no montante de R\$24.467.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Arrendamento

A composição do arrendamento é a seguinte:

Movimentação

Custo	Equipamentos
31 de dezembro de 2020	-
Adições	295
31 de dezembro de 2021	295
Depreciação	
31 de dezembro de 2020	-
Adições de depreciação	(18)
31 de dezembro de 2021	(18)
Total em 31 de dezembro de 2020	-
Total em 31 de dezembro de 2021	277

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação de equipamentos, delimitados as outorgas das controladas, setembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamento são como segue:

	2021	2020
Valor nominal dos pagamentos futuros	330	-
Ajuste a valor presente	(36)	-
	294	-
Passivo circulante	91	-
Passivo não circulante	203	-

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Arrendamento—Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2021	2020
	Passivo	Passivo
Saldo inicial	-	-
Adições	295	-
Pagamento	(6)	-
Juros sobre arrendamento	5	-
Saldo final	294	-

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida do grupo econômico.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	
2023	91
2024	112
	203

7. Contas a pagar

	2021	2020
Fornecedores	175	565
Compra de energia – MRE/CCEE	3.564	-
Contas a pagar – partes relacionadas	232	115
Seguros	6	14
Total	3.977	694

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2021		2020	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
Brookfield Energia Renovável S.A.	CDI + 3% a.a.	8.312	13.197	-	-
Total		8.312	13.197	-	-

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial	-	-
Adição de principal	24.475	-
Juros provisionados	531	-
Amortização – principal	(3.463)	-
Pagamento – juros	(494)	-
Imposto sobre operação financeira	460	-
	21.509	-

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui operação de mútuo realizada com a Brookfield Energia Renovável S.A. com juros de CDI + 3% a.a. e data de vencimento em 30 de julho de 2024.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2021, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Consolidado
2023	8.312
2024	4.885
Total	13.197

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Riscos cíveis	676	537
Total	676	537

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Administração:

	<u>Cíveis</u>
31 de dezembro de 2019	402
Atualização	135
31 de dezembro de 2020	537
Atualização	139
31 de dezembro de 2021	676

O valor contingenciado no montante de R\$ 676 (R\$ 537 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a uma ação de desapropriação, movida em face de pessoa física.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Riscos cíveis	34.835	122.069
Riscos tributários	291	228
Total	35.126	122.297

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2021 existem 3 processos, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 34.835 (R\$ 122.069 em 31 de dezembro de 2020), referente a (i) uma ação indenizatória cumulada com pedido de obrigação de fazer proposta por 50 autores contra 6 empreendedores de geração de energia com operação na bacia do Rio Jauru; (ii) uma ação monitória e; (iii) Ação Ordinária para desconstituir condicionante de contenção tarifária. Consta, ainda, uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para contingências - Continuação

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui uma ação anulatória, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R\$ 291 (R\$ 228 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 9.837, dividido em 27.237.066 (vinte e sete milhões, duzentas e trinta e sete mil e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias estão assim distribuídas:

Acionista	2021		2020	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Brookfield Energia Renovável S.A.	20.723.049	76,0839989	20.723.049	76,0839989
Utiriti Participações S.A.	3.631.245	13,3319977	3.631.245	13,3319977
Outros acionistas não controladores	2.882.772	10,5840034	2.882.772	10,5840034
	27.237.066	100%	27.237.066	100%

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O lucro remanescente após compensação dos prejuízos, constituição da reserva legal, distribuição do dividendo mínimo obrigatório e possível valor destinado pela Assembleia Geral para a distribuição de dividendos complementares limitados a 25% do lucro líquido ajustado após as deduções supracitadas e/ou para outras reservas de lucros que se façam necessárias, deverá ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros até que seja obtida aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para distribuição aos acionistas.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros--Continuação*

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, líquido dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, realizada em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores serão transferidos à conta de “lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Em 18 de março de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 13.498 (R\$ 495,57 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 17 de maio de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 14.971 (R\$ 526,01 por lote de mil ações).

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	2.172	2.097
Venda de energia elétrica – partes relacionadas	17.032	19.042
Resultado com MRE e CCEE (*)	1.509	6.515
	20.713	27.654
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(15)	(2)
PIS	(130)	(145)
COFINS	(598)	(667)
	(743)	(814)
Receita operacional líquida	19.970	26.840

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2021	2020
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica	-	5.404
Royalties ANEEL	1.419	1.029
	1.419	6.433
Custo com a operação		
Comissão de venda	-	-
Comissão de venda – partes relacionadas	807	508
Serviços de terceiros	611	625
Seguros	329	218
Pessoal	14	5
Depreciação	6.039	5.772
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas	1.979	1.574
Manutenção	103	124
MRE/CCEE (*)	(1.607)	(9.180)
Telecomunicações	147	114
Outros	247	221
	8.669	(19)
Total do custo de geração de energia	10.088	6.414
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	216	185
Serviços de administração – partes relacionadas	386	321
Pessoal	45	-
Total das despesas gerais e administrativas	646	506
Total de custos e despesas gerais e administrativas	10.734	6.920

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$ 1.190 (R\$ 9.364 em 31 de dezembro de 2020) devido ao registro da extensão de outorga do GSF (Nota 5)

13. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	665	1.383
Total	665	1.383
Despesas financeiras		
Atualização de contingências	139	135
Juros sobre empréstimos	756	-
Juros sobre o passivo de arrendamento	4	-
Despesas com letras de crédito	178	-
Despesas com juros e descontos concedidos	4.141	4.593
Imposto sobre operações financeiras	460	-
Outros	2	4
Total	5.680	4.732

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Corrente		
Imposto de renda	562	769
Contribuição social	285	366
Total com despesas de impostos	847	1.135

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	20.713	20.713	22.250	22.250
ICMS	(14)	(14)	(2)	(2)
	20.699	20.699	22.248	22.248
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.656	2.484	1.780	2.670
Receitas financeiras	665	665	1.383	1.383
Outras receitas	23	23	11	11
Base de cálculo total	2.344	3.172	3.174	4.064
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total com despesas de impostos	562	285	769	366

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2021	2020
Ativo			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	1.627	192
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	-	3.108
		1.627	3.300
Passivo			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	182	68
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(b)	50	47
		232	115
Mútuos			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	21.509	-
		21.509	-
Dividendos a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	9.337	7.424
Utariiti Participações S.A.	(d)	1.636	1.301
Acionistas não controladores	(d)	1.299	1.030
		12.272	9.755
Receita			
Venda de energia			
Brookfield Energia Renovável S.A.		17.032	459
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(e)	-	18.583
		17.032	19.042
Custo/Despesa			
Serviços de ADM			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	386	321
		386	321
Serviços de O&M			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(g)	1.979	1.574
		1.979	1.574
Despesas financeiras			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(h)	756	-
		756	-
Comissão			
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(i)	807	508
		807	508

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Contratos de mútuo entre a Sociedade e as empresas do grupo.
- (d) Se referem aos dividendos a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (f) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (g) Conforme contratos celebrados entre as partes, refere-se a serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustada anualmente pela variação do IGP-M;
- (h) Despesas de juros referente ao contrato de mútuo.
- (i) Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. (Rede Com) e a Brookfield Energia Comercializadora Ltda. (BET) assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Com cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A., conforme termo de entendimentos, por força do qual, em determinadas condições, a Sociedade fica obrigada a pagar à Rede Com valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT. Por força desse instrumento, portanto, todas as obrigações de pagamento que a Sociedade tinha para com a Rede Com devem ser transferidas para a BET.

Durante o ano de 2021, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

16. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 129.355 (R\$ 190.225 em 31 de dezembro de 2020) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2020).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2021. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48 a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.359	1.359	-	899	899
Contas a receber	4.110	-	4.110	6.673	-	6.673
	4.110	1.359	5.469	6.673	899	7.572

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	3.977	694
Dividendos a pagar	12.272	9.755
Arrendamento	294	-
Contas a pagar risco hidrológico	-	21.629
Empréstimos e financiamentos	21.509	-
	38.052	10.449

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.359	899

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados das demais usinas participantes do MRE.

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras hidrelétricas participantes do MRE não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da energia alocada de cada usina hidrelétrica, que é igual a garantia física da usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, multiplicado pelo Generation Scaling Factor (GSF).

Desta forma, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado GSF, fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para a mitigação do risco de geração a Sociedade gerencia oportunidades de adequação dos montantes contratos à expectativa de energia alocada e oportunidades de compra de energia no mercado.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe ainda que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2021 e de 2020, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

18. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 31 de janeiro de 2022.